

PC foge das perguntas e tenta enganar CPI

■ Preso alega que seus direitos estão acima do juramento de só dizer a verdade, posa de sabido, mas vai passar Natal na cadeia

BRASÍLIA — Paulo César Farias não conseguiu convencer os integrantes da CPI do Orçamento de que não tem envolvimento com o esquema de corrupção no Poder Executivo para liberação de verbas. Durante quase seis horas, PC tentou fugir das perguntas que lhe eram feitas. “Não vou responder”, “requeiro meu silêncio”, “há fatos que são inerentes a minha defesa no Supremo e têm hora própria para serem divulgados”, foram algumas respostas. PC jurou dizer a verdade, mas insinuou que poderia mentir: “Meus direitos constitucionais são superiores a um juramento”.

Além das pressões na CPI, Paulo César Farias teve outro aborrecimento ontem: ele terá que passar o Natal e o Ano Novo na cadeia, porque seus advogados, Nabor Bulhões e D’Alembert Jaccoud, desistiram de pedir o relaxamento da prisão este ano e esperar pelo fim do recesso do Judiciário, no dia 8 de janeiro.

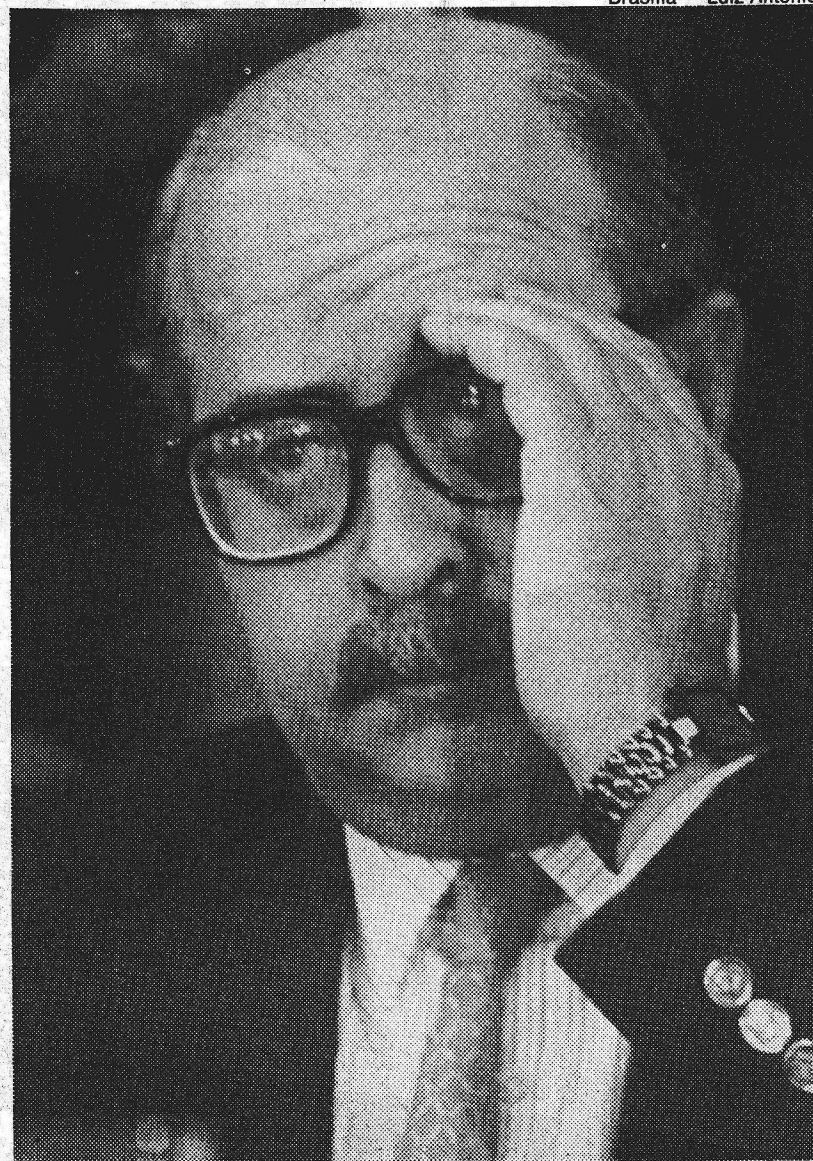
Embora tenha adotado a tática de fugir das perguntas, PC foi útil para as investigações da CPI, segundo seus integrantes. O relator da comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), arrancou de PC a informação de que não existe a prática das empreiteiras de prever com antecedência percentuais ou valores que serão repassados a candidatos. “É, eu nunca ouvi essa

prática”, disse, ao ser perguntado por Magalhães sobre a explicação dada por Ailton Reis, diretor da Norberto Odebrecht, para os percentuais colocados ao lado dos nomes de parlamentares em documentos apreendidos em sua casa.

Geralmente contido, PC em alguns momentos perdeu a calma. Foi o que aconteceu quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu parte do depoimento de Ernesto Luís Mineiro Barbante, do Credicard, à Polícia Federal, em que este afirmou que deu dinheiro a PC para renovar o contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa.

Ira — “O depoimento deste cidadão é mentiroso. O Credicard pertence ao Citibank, que pela legislação não poderia dar dinheiro para campanha eleitoral no Brasil”, reagiu PC. O dono da Servaz, Onofre Vaz, que disse à PF e à CPI do Orçamento ter sido extorquido pelo esquema PC para liberar faturas, também mereceu sua reação irada: “O senhor Onofre é um mentiroso, um desqualificado”.

PC passou por outro constrangimento quando o deputado Moroni Torgan (PSDB-CE) apresentou folhas de sua agenda pessoal que demonstraram, conforme o **JORNAL DO BRASIL** já havia noticiado em setembro, que o esquema PC tinha o seu fantasma americano, John



Brasília — Luiz Antonio

PC disse que no 2º turno “tinha fila de empresário querendo contribuir”

Burnett. O depoente negou-se a responder a qualquer pergunta sobre os disquetes apreendidos na sede da Verax, uma de suas empresas, que explicavam como funcionava o esquema PC. “Eu desconheço este documento, ele foi apreendido ilegalmente”, limitava-se a dizer PC sempre que era perguntado sobre o assunto.

Protesto — A afirmação de PC de que seus direitos constitucionais são “superiores a um juramento”, feita ao senador Mário Covas (PSDB-SP), provocou o protesto imediato de Suplicy: “Uma coisa é deixar de falar. Outra coisa é não dizer a verdade, alegando que isto é um direito constitucional”.

Demonstrando abatimento em quase todo o depoimento, PC Farias às vezes foi irônico. “Quem é o tio, o senhor ou ele (Collor)?”, perguntou Salomão. “Isso é uma derivação de Vossa Excelência”, respondeu PC. Mas quando foi perguntado sobre os recursos arrecadados na campanha de Collor, PC foi arrogante ao responder a Suplicy. “No segundo turno, contra o candidato do partido de Vossa Excelência, não precisava sair de casa. Tive que agendar. Tinha fila de empresários querendo contribuir. Não sei por que, todo mundo tinha medo do candidato de Vossa Excelência”, disse.